

13

A percepção de educação ambiental no Assentamento Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste/PR

Caroline Monique Tietz, Daiana Caroline Refati, Irene Carniatto

Resumo

No decorrer deste século, para se atender a demanda das necessidades humanas foi-se desenhando uma equação desbalanceada: retirar, consumir e descartar sem repor. Essa exploração inadequada vem causando sérios impactos ambientais. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo investigar o conhecimento, percepção e consciência ambiental dos moradores do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, no município de Diamante do Oeste/PR, verificar se os mesmos são cientes dos problemas causados ao ambiente devido à ação do homem e avaliar a percepção ambiental destes a respeito do meio ambiente com o intuito de verificar se o tema é abrangente a todos do movimento em questão, como garantia de qualidade de vida no ambiente onde moram. Como referencial metodológico, utilizou-se de levantamento de dados por meio de uma revisão da literatura e também aplicação de questionários direcionados aos assentados com a finalidade de avaliar o seu grau de conhecimento em relação à educação ambiental. Constatou-se que o assentamento em questão não disponibiliza de estrutura e materiais suficientes relacionados à Educação Ambiental, mas a comunidade possui uma boa percepção ambiental, havendo apenas a necessidade de a Educação Ambiental ser mais estimulada e incentivada, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e um mundo mais saudável.

Palavras Chave: Meio ambiente, movimento, consciência.

The perception of environmental education in Settlement Ander Rodolfo Henrique in Diamante do Oeste/PR

Abstract

During this century, to attend the demand of the human needs, an unbalanced equation was drawn: withdraw, consume and discard without replace. This inadequate exploration is causing serious environmental impacts. Thus, this study aimed to investigate the knowledge, perception and environmental consciousness of the residents of the Settlement Ander Rodolfo Henrique, in the municipality of Diamante do Oeste/PR, check if the residents of the municipality are aware of the problems caused to the environment due to the human activity, and measure their environmental perception about the environment in order to verify if the subject is comprehensive to all the people of the movement in question, as a guarantee of quality of life in the environment where they live. As methodological referential, was used for data collection a literature review and also questionnaires directed to the settlers in order to assess the level of knowledge

in relation to environmental education. It was found that the settlement in question does not provide enough structure and materials related to Environmental Education, but the community has a good environmental perception, with only the need for Environmental Education to be more stimulated and encouraged, collaborating to build a fairer society and a healthier world.

Keywords: Environmen, movement, awareness.

INTRODUÇÃO

A interação do homem com a natureza, que se iniciou com uma pequena interferência nos ecossistemas, atualmente tem culminado em uma forte pressão exercida sobre os recursos naturais.

Hoje, assuntos como poluição atmosférica, contaminação de águas superficiais e subterrâneas, devastações de florestas, uso indiscriminado de recursos não renováveis, destruição da fauna, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente, são comuns.

O atual modelo de crescimento econômico irracional, baseado unicamente na maximização dos lucros, gera enormes desequilíbrios em vários aspectos. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro, a miséria, desigualdade, degradação ambiental e poluição aumentam dia a dia. Diante disto, percebe-se a necessidade de uma mudança de comportamento do homem, por meio da adoção de práticas que permitam que o ambiente como sistema de suporte à vida no planeta não esteja comprometido, gerando perdas irreparáveis às futuras gerações.

Dentro deste contexto, a Educação Ambiental (EA) é uma forma de educação que prepara o indivíduo para perceber que as relações sociais e econômicas devem ser justas e andar lado a lado, e a necessidade de considerar a Terra a partir da finitude dos seus recursos naturais existentes (AQUINO e MININNI-MEDINA, 2001).

As finalidades desta educação para a humanidade foram determinadas pela UNESCO após a Conferência de Belgrado realizada em 1975:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam (UNESCO, 1999, p. 81).

É fundamental que cada indivíduo desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

As mudanças ocorridas em cada um de nós têm sua raiz na sociedade e na cultura, sendo na escola, em casa, no trabalho, por meio do acesso aos meios de comunicação (jornal, televisão, internet, rádio, etc), entre outros. Mas até que ponto a importância da temática ambiental para desenvolvimento do senso crítico e da construção de um saber ambiental, no qual os cidadãos compreendam os fenômenos naturais, as ações humanas e as suas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e para o meio ambiente tem atingido a toda a sociedade?

Diante dessas considerações, o objetivo deste trabalho foi diagnosticar a visão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) sobre temas de EA. A partir dos resultados obtidos, foi possível observar a percepção destes sobre o meio ambiente, bem como seu acesso a esse tipo de informação e a relação de importância dada pelos participantes a essa temática.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A concentração da propriedade da terra no Brasil é uma questão com origens históricas e tem se reproduzido com o processo de expansão do capitalismo no campo. A especulação faz aumentar ainda mais o poder econômico, conseqüentemente, político e social, dos latifundiários.

Com a Revolução de 1930, foi implantado no Brasil um novo modelo econômico, pautado na industrialização, que culminou em um crescente contingente de camponeses sem-terra excluídos. Nesse novo modelo de organização da sociedade brasileira, grandes grupos industriais transformam-se em grandes proprietários de terras, assim essa burguesia industrial não tem interesse em reforma agrária.

Entretanto, a resistência dos trabalhadores do campo a partir de 1940, aliado as reivindicações dos camponeses, dos sindicatos, ligas, associações, ligados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), criou estratégias para resistir ao capitalismo no campo.

Em meados dos anos 50 eclodiram novos conflitos no campo respondendo a diferentes motivações. No entanto, havia algo comum a todos eles: a resistência dos trabalhadores rurais fossem posseiros,

arrendatários, foreiros ou moradores, em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos. Essas lutas ocorrem em diferentes pontos do país (MEDEIROS, 1989, p. 12).

Em 1960, as discussões sobre reforma agrária começaram a ganhar mais força, devido à organização dos camponeses. Um exemplo disso eram as greves de cortadores de cana-de-açúcar, por exemplo, e de colonos nas fazendas de café. Essas lutas, apesar de isoladas, resultaram em sindicatos, associações, acontecendo assim, uma maior comunicação entre os trabalhadores que estavam à frente das lutas.

Entretanto, com o golpe de 1964, as lutas e resistências camponesas foram reprimidas e nesta época foi criado o Estatuto da Terra que classificou os imóveis rurais em minifúndio, latifúndio por dimensão e exploração e empresa rural. O latifúndio e o minifúndio deveriam ser substituídos pela empresa rural capitalista. Assim a reforma agrária ficou em segundo plano, pois os projetos de assentamento não tinham como centro a desapropriação de latifúndios e sim distribuição de títulos de terra para agricultores, na Amazônia, principalmente, para resolver alguns conflitos agrários. Desse modo a política era voltada para a manutenção dos latifúndios.

Neste contexto, caracterizado por muitos conflitos no campo brasileiro, novas formas de organização começaram a emergir. A Igreja Católica, por exemplo, a qual tinha chegado a se opor as lutas dos camponeses em Canudos e Contestado, construiu em seu interior, setores comprometidos com a luta pela terra. Isso ocorreu com a criação da Teologia da Libertação “na década de 1960, o Concílio Vaticano II, que recomendou a criação de uma doutrina socialmente orientada – a Teologia da Libertação – e a opção preferencial pelos pobres” (MARTINS, 1989, p. 33).

Na década de 1960 começaram a se formar também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que foram um “espaço” para reunir camponeses para refletir sobre sua condição social.

Em 1975 a Igreja criou a CPT (Comissão Pastoral da Terra)

(...) seu objetivo era de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam na pastoral popular junto aos camponeses, sem a intenção de substituir sindicatos, partidos políticos ou organizações camponesas. A CPT tornou-se importante espaço de denúncia e registro dos conflitos no campo (MOREIRA, 1994, p. 119).

A concentração de terras e a expropriação existente no Estado do Paraná com a expansão do capitalismo no campo foram respondidas pelos camponeses, a partir do

início da década de 1970 se estendendo à década de 1980, por meio de diversas formas de organização, das quais se destacam as lutas realizadas nos movimentos sociais.

A Igreja católica contribuiu para o surgimento do MST devido à influência dos espaços das CEBs e das orientações da CPT, que contribuiu nas organizações de camponeses, questionando a propriedade privada capitalista. Quanto a isso Fernandes (2001, p. 19) observa que,

Desde a década de 70 o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

As diversas frentes de luta que estavam ocorrendo resultaram em um grande encontro de Sem Terras na cidade de Medianeira/PR, no ano de 1982, com a participação dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como proposta de articular estas diversas lutas que estavam ocorrendo em todo o país, em 1984, na cidade de Cascavel/PR foi fundado o MST.

(...) centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragem, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos (MST, 2009, p. 1).

O MST organizou-se por meio das ocupações de terra e formação de acampamentos, que é uma estratégia política para solução de reivindicações. Posteriormente a organização se constitui nos assentamentos rurais. Estas são áreas conquistadas no campo pelos trabalhadores articulados ao MST.

Os assentamentos se constituem na materialização e construção do território camponês. “O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização” (FERNANDES, 1994. p. 181).

Sem a conquista da terra não ocorre à construção do território camponês, ou seja, as novas relações sociais e de produção (relações camponesas) não podem se materializar no espaço. Portanto, os camponeses que foram expropriados de suas terras,

ao se tornarem assentados, conquistam seu território novamente, onde podem reproduzir relações sociais de produção e garantir sua sobrevivência.

Nesse sentido, a modernização da agricultura influenciou nas relações de trabalho no campo de modo muito significativo, sendo que muitos camponeses foram prejudicados, pois foram expropriados e expulsos das terras.

Entretanto com o surgimento do MST, os camponeses passaram a se politizar, resistindo contra o latifúndio, se mobilizando contra o Estado, buscando transformar as grandes propriedades improdutivas, utilizadas para especulação imobiliária, em território camponês, garantindo a sobrevivência das famílias na terra. Isso foi possível com os assentamentos de reforma agrária, como o Assentamento Ander Rodolfo Henrique, objeto de estudo desta pesquisa.

A antiga fazenda Comil, desapropriada para realização do Assentamento Ander Rodolfo Henrique apresenta, segundo levantamento fornecido pelo INCRA/PDA (2003), uma área de 3.097,69 ha e está localizada parte no município de Diamante do Oeste (aproximadamente 74% da área) e parte no município de Vera Cruz do Oeste (aproximadamente 26% da área). O acesso ao assentamento é feito pela rodovia estadual PR 488, que liga esses dois municípios.

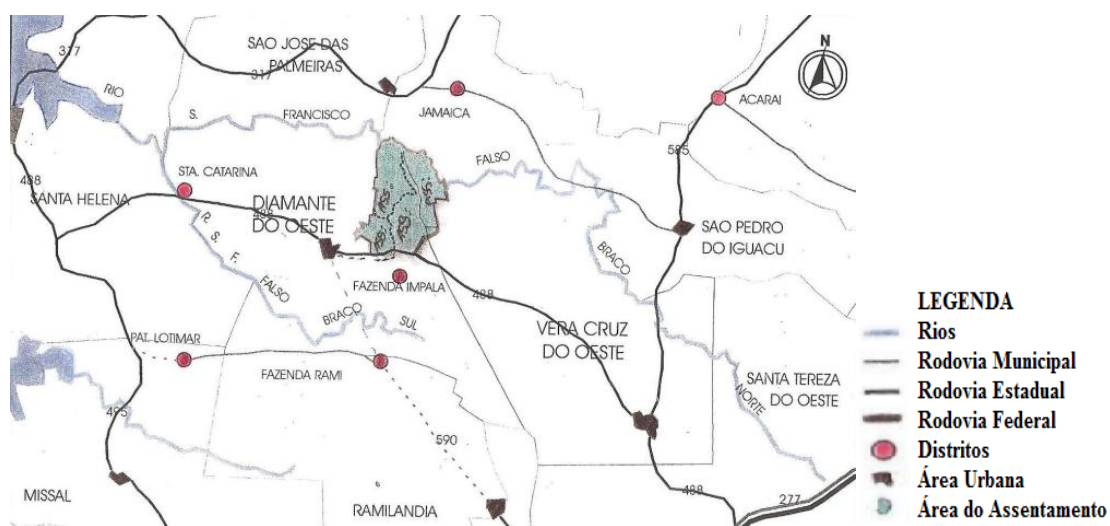


Figura 1: Localização do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, Fazenda Comil.
Fonte: INCRA/PDA (2003).

De acordo com a divisão territorial do Brasil em grandes regiões, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios de Diamante do Oeste e Vera Cruz do Oeste fazem parte da mesorregião Oeste Paranaense. Esta região possui 50 municípios.

O município de Diamante do Oeste foi criado em 1979 e pertencia ao território de Matelândia, em 1987. Portanto, o município foi desmembrado de Matelândia e sua instalação oficial ocorreu no dia primeiro de janeiro de 1989.

Quanto à agricultura do município, os estabelecimentos familiares, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (INCRA/PDA),

(...) somavam em 1996, 87,4% (610 propriedades), sendo responsável pela produção de 58% do valor bruto da produção agropecuária em uma área média das propriedades familiares de 26,4 ha, sendo sua maior concentração em áreas de até 20 ha (81,1%), enquanto que os patronais tinham uma área média de 252 ha se concentrando em áreas acima de 100 ha (52,0%), concentrando 92,5% da área da agricultura patronal (INCRA/PDA, 2003, p. 32).

Essa distribuição mostra bem a concentração de terras existente no município. Por um lado a exploração agropecuária é basicamente feita com dois produtos (soja, milho) e criação extensiva de gado para corte ou para leite. Por outro lado sistemas de produção dos agricultores familiares são diversificados e mais intensivos no uso do solo, proporcionando assim um melhor aproveitamento das áreas.

A agricultura familiar também é a que mais ocupa mão-de-obra, mostrando todo seu potencial na geração de trabalho e renda com a utilização de pequenas áreas. “Enquanto que na grande propriedade são necessários em torno de 67 ha para gerar um posto de trabalho, na agricultura familiar são necessários 8 ha para ocupar uma pessoa” (INCRA/PDA, 2003, p. 40).

A organização dos Sem Terra que conquistaram o assentamento, no município de Diamante do Oeste/PR, iniciou-se em 1999, com a ocupação da fazenda Cajati em Cascavel/PR, somando um total de 3 mil pessoas, distribuídas em 1.560 famílias.

Essas famílias sabiam da dificuldade de desapropriação da fazenda Cajati. Dessa forma, decidiram ocupar a fazenda Comil em Diamante do Oeste/PR, porque era um imóvel como maior possibilidade de negociação.

As famílias ficaram acampadas as margens da rodovia PR 488, próximo à estrada da fazenda Comil. Quando estas estavam se mobilizando para ocupar a área houve um grave acidente, no qual, uma das crianças do acampamento, Ander Rodolfo Henrique foi atropelado no dia 5 de setembro de 2002 e faleceu seis dias depois. Após esse trágico acontecimento as famílias não tiveram dúvidas e ocuparam a fazenda.

Após esta ocupação, houve várias negociações para a desapropriação da área. O preço inicial era de sete milhões. Depois esse valor aumentou para quase dez milhões.

Depois das negociações e desapropriação, 108 famílias foram assentadas formando o assentamento Ander Rodolfo Henrique, nome dado em homenagem a criança falecida no acidente em 2002.

Os assentados, desde o início no acampamento, tiveram necessidade de organização, condição indispensável para a sobrevivência de seus membros e conquista da terra. A organização se estabeleceu de modo a atender as necessidades do grupo. Pois não é necessário somente a conquista da terra e sim um conjunto de políticas públicas para manter o agricultor na terra.

Quanto à luta dos trabalhadores Sem Terra, Fabrini (2003, p. 96), argumenta que, “(...) a luta dos trabalhadores é para conquistar um conjunto de benefícios e não somente a terra, embora esta seja a principal motivadora das lutas”.

A discussão em torno da reforma agrária incorpora várias frentes de luta necessárias, como a saúde, direitos humanos, educação, meio ambiente, educação ambiental, cooperação, formação, projetos, finanças, gênero, buscando sempre a igualdade de direitos.

Assim como a luta do MST mobiliza a educação ambiental, objeto de estudo desta pesquisa, a EA também é mobilizadora, por isso é umas das bandeiras de luta do movimento. A EA é mobilizadora pois, através de estímulos possibilita uma reflexão, um repensar de práticas cotidianas em detrimento da degradação ambiental.

Gadotti (1993) fundamenta três conceitos de Educação Ambiental, o primeiro baseia-se na ideia de que a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em seu modo formal, informal e não formal, para a construção e transformação da sociedade, o segundo é baseado na EA como individual e coletiva, sendo o seu propósito formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações e por último a EA deve envolver o ser humano e a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

Para que aconteça a relação sustentável entre homem e natureza necessita-se de um novo processo educativo, uma alfabetização ecológica, possibilitando construir uma sociedade mais responsável, preocupada com as questões socioambientais (CAPRA, 2003).

A educação ambiental que incorpora a perspectiva dos sujeitos sociais permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explicita os problemas

estruturais de nossa sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação a nós. É por meio da atuação coletiva e individual, intervindo no funcionamento excludente e desigual das economias capitalistas, que os grupos sociais hoje vulneráveis podem ampliar a democracia e a cidadania. Dessa forma, invertem o processo de exclusão social e de degradação das bases vitais do planeta, com novos padrões culturais cujos valores propiciem repensarmos na natureza e nos realizarmos em sociedade (GOULD, 2004).

Para que essa realização em sociedade ocorra o desenvolvimento sustentável é de suma importância. Segundo Sauv  (1997) o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido associado com a educa o ambiental para promover modelos baseados na sabedoria da utiliza o dos recursos, considerando a equidade e a durabilidade. Sendo que o maior objetivo destes   o desenvolvimento de uma sociedade responsável.

Boff (2012) compreende que o desenvolvimento sustentável   o novo desafio civilizatório, que exige uma nova  tica, a  tica do cuidado das pessoas e da natureza.

Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, estimular uma visão global e crítica das questões ambientais e promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Dessa maneira a Educa o Ambiental deve se orientar de forma decisiva para formar as gera es atuais não somente para aceitar as incertezas do futuro, mas para gerar um pensamento crítico, aberto às mudanças e às possibilidades de construir a es.

Os problemas ambientais vivenciados atualmente exigem que a sociedade reveja e repense as bases de sustentac o do planeta. Nesse contexto a educa o ambiental se constitui um elemento de mudanças de comportamentos visando   forma o de uma nova cidadania ambiental. E os movimentos sociais, como o MST, inseriu e deve desenvolver ainda mais em suas frentes de luta esta temática, pois o movimento tem forte capacidade de mobiliza o e atua o contribuindo assim, para esse processo de conscientiza o tanto dos membros do movimento e da sociedade como um todo.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi efetuada uma revisão bibliográfica sobre movimentos sociais na luta pela terra, formação do MST e suas frentes de luta, origem do assentamento Ander Rodolfo Henrique e também bibliografias referentes ao tema de Educação Ambiental.

As informações de base empírica foram obtidas a partir de levantamentos documentais, internet, órgãos oficiais públicos (prefeitura, secretarias, etc.) e PDE (Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos).

Segundo Moraes et al. (2000), os questionários são instrumentos que possibilitam captar informações, opiniões, percepções, valores, modelos e outros aspectos dos indivíduos na diversidade de seus meios, diante disto, além dos levantamentos documentais, foi realizada uma pesquisa de campo para coleta de informações, por meio de uma entrevista com base em um questionário previamente elaborado, a fim de avaliar o grau de conhecimento dos moradores do Assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante do Oeste/PR (Figura 2) em relação à temas de Educação Ambiental.



Figura 2: Localização do Município de Diamante do Oeste/PR.
Fonte: IPARDES (2013).

Em agosto de 2013, foram aplicados 20 questionários, com 13 questões cada, ligadas a temas de percepção ambiental, levando em conta importantes informações, como: sexo, idade, escolaridade, profissão, acesso aos meios de informação (internet, televisão, rádio e jornal), conceito de meio ambiente, participação em projetos de Educação Ambiental, coleta seletiva, preocupação com as questões ambientais, entre outras.

Por meio da coleta dos dados na pesquisa de campo foi possível realizar a sistematização das informações e análise das mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A receptividade do MST em relação às respostas ao questionário foi bastante favorável, visto que, do índice previsto para as aplicações desse questionário, 100% foram respondidos e efetivados.

Na Figura 3, os entrevistados estão distribuídos pelo sexo, 65% são do sexo masculino e 35% do sexo feminino.

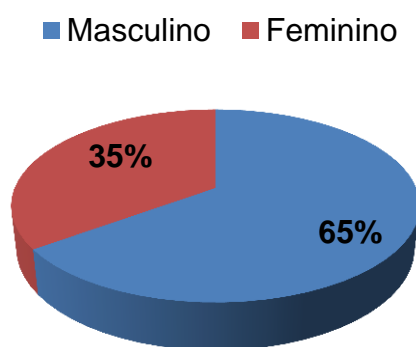


Figura 3: Sexo dos entrevistados.

Observa-se, ainda, que a maioria dos entrevistados é constituída por adultos acima de 40 anos, conforme a Figura 4.

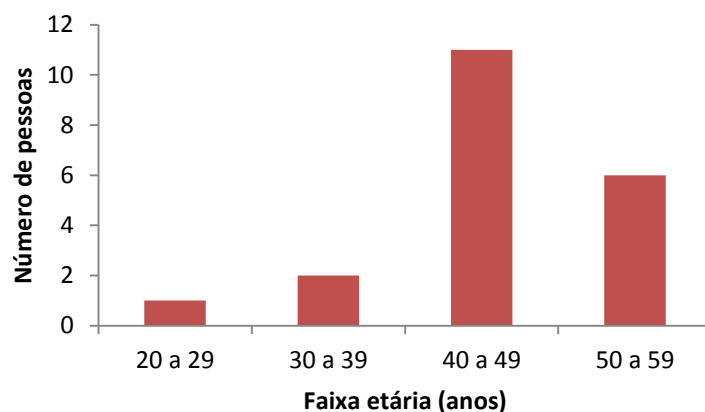


Figura 4: Faixa etária em anos.

A maioria dos entrevistados (95%) declararam ter estudado até o ensino fundamental, 5% concluíram o ensino médio e nenhum estudou até o nível superior.

Observou-se que os entrevistados, residem a cerca de 10 anos no assentamento, sendo que, antes de conquistarem a terra moravam na cidade e uma grande maioria na zona rural, conforme a Figura 5.

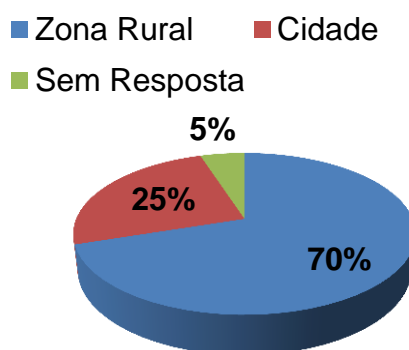


Figura 5: Residência anterior ao assentamento.

Conforme as declarações dadas, a profissão mais expressiva é a agricultura (90%).

Outro tópico analisado foi a percepção dos entrevistados em relação ao conceito de meio ambiente. Segundo Sauv  (1997) o estudo fenomenológico do discurso e da prática em EA identifica seis concep es paradigmáticas sobre o ambiente, sendo elas, como natureza (para ser apreciado, respeitado e preservado), recurso (para ser gerenciado), problema (para ser resolvido), lugar para viver (para conhecer e aprender sobre, para planejar e para cuidar de), biosfera (onde devemos viver juntos, no futuro) e como projeto comunitário (onde somos envolvidos).

Por meio da análise das respostas dadas pelos assentados, observou-se que estes possuem a percep o de quatro, das seis concep es paradigmáticas sobre o ambiente. As percep es são: como natureza, recurso, lugar para viver e projeto comunitário.

Observa-se a concep o do ambiente como natureza nas falas: “  a sintonia tanto das plantas com os bichos” (Entrevistado 01) e “  o lugar aqui, as árvores, o verde, rios,   isso tudo, mas limpo, saudável, sem veneno” (Entrevistado 02), já a concep o do ambiente como recurso pode ser observada na fala: “  onde todos os

seres vivos convivem, num ambiente limpo, sem os agrotóxicos, com alimentos saudáveis, ar puro, mata” (Entrevistado 03). Observa-se nas falas “É o nosso bem estar com o lugar onde vive, sempre limpo, preservação é tudo” (Entrevistado 04) e “Um ambiente saudável pra se viver e preservar” (Entrevistado 05) a presença da concepção do ambiente como um lugar para viver e nas falas “São as espécies de animais, de vegetais, a natureza e também nós, seres humanos, que muitas vezes não cuidamos de tudo isso” (Entrevistado 06) e “É o lugar limpo, saudável, água limpa. A conservação que a gente faz no assentamento, da terra, das plantas, tudo sem veneno. Meio ambiente é tudo isso aí, a conservação dele” (Entrevistado 07), observa-se a concepção de projeto comunitário.

No que se refere ao acesso aos meios de informação, observa-se que os entrevistados assistem televisão e ouvem rádio diariamente, no entanto não têm acesso à internet e nem leem jornal com frequência. Entretanto assistir televisão e ouvir rádio não torna as pessoas bem informadas e cultas sem que haja um olhar crítico em relação às informações transmitidas.

É importante salientar que apenas 15% dos entrevistados (Figura 6) declararam já ter participado de projetos de EA, os quais foram palestras sobre Agroecologia e também meio ambiente (realizado pela EMATER em Cascavel/PR).

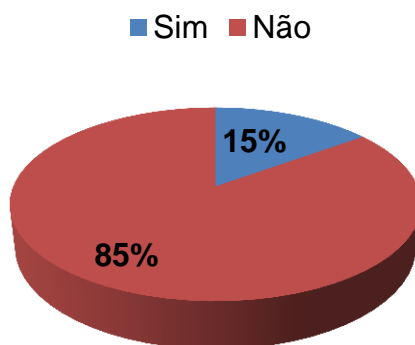


Figura 6: Participação dos entrevistados em projetos de Educação Ambiental.

Os entrevistados declararam não ter acesso, atualmente, a palestras, cursos ou outros tipos de informações sobre Educação Ambiental no assentamento em que residem.

Observa-se na Figura 7, que a maioria dos entrevistados (90%) compreendem o significado do termo coleta seletiva e declaram que a praticam em suas residências,

conforme as falas a seguir, “Sim. Separamos pro caminhão levar as coisas de vidro, de lata, as lonas velhas” (Entrevistado 07); “Sim. A gente guarda os lixos que o caminhão pode levar, quando dá o caminhão leva” (Entrevistado 03).

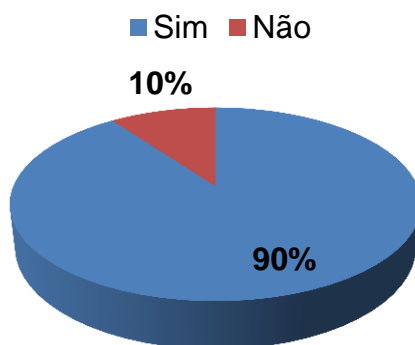


Figura 7: Conhece o conceito de coleta seletiva.

A coleta é praticada, por 80 % dos assentados (Figura 8), mesmo com a dificuldade de acesso ao caminhão que faz o recolhimento do material apenas uma vez por mês, conforme dados repassados pelos mesmos.

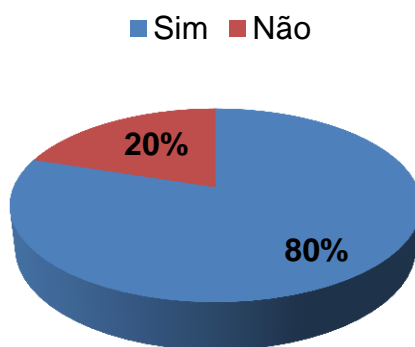


Figura 8: Pratica a coleta seletiva na residência.

Através dos dados, pode-se perceber que mesmo em meio a dificuldades os assentados possuem uma consciência quanto às questões ambientais. Na Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, em seu Capítulo II, seção III, artigo 13, estabelece-se que “o poder público, em níveis federal, estadual e municipal, incentiva à (inciso VI) sensibilização ambiental dos agricultores”.

Nesse sentido é necessário mais mobilização do poder municipal de Diamante do Oeste/PR quanto essa questão, pois como um agricultor do referido assentamento, pode se sensibilizar com o caminhão de lixo passando apenas uma vez por mês em sua propriedade? E mesmo nessas condições precárias a coleta é praticada, porém ainda é necessário mais gestão do município para que esta prática seja mais satisfatória.

Todos os entrevistados acreditam que a organização dos assentados contribui para a melhoria da qualidade de vida na localidade, entretanto afirmam não poderem agir isoladamente, precisam de ajuda do poder público, conforme a fala do Entrevistado 08, “Sim. Passar o caminhão com mais frequência aqui pra gente. E podia também fazer uns cursos”.

Através desta fala pode-se perceber também a necessidade de uma maior preocupação do próprio movimento relacionado a estas questões, com a realização de palestras, cursos, projetos e outras atividades.

Os entrevistados acreditam também que cada indivíduo deva contribuir nesse processo atuando como autores de mudanças. Conforme cita o Entrevistado 09, “Sim. Se cada um fazer sua parte a gente iria ajudar a natureza, o lugar também iria ficar mais bonito”.

Portanto, diante dessas considerações, o desafio que se coloca é uma educação ambiental atrelada à sustentabilidade para que se desenvolva o processo de conscientização dos indivíduos, de forma crítica e inovadora, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Para que a sensibilização ambiental ocorra são necessários muitos princípios para a sociedade, tanto localmente, quanto globalmente, como respeitar a natureza, alterar as práticas sociais, buscar melhorar a qualidade de vida humana, votando consciente, não se omitindo perante crimes ambientais, conhecer a legislação ambiental, pois são poderosos instrumentos de ação, assim como a informação sobre questões ambientais é importante.

É necessário ainda que a sustentabilidade não seja atrelada a lógica do grande capital, sendo considerada como um promissor mercado consumidor, ou divulgada como uma nova forma de consumo, é fundamental que se torne um caminho que respeite os limites ambientais do planeta como também considere integrante a natureza e o homem.

Considerações Finais

O ensino sobre o Meio Ambiente contribui para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora promovendo autoconhecimento, socialização e conhecimento, despertando uma consciência capaz de modificar comportamentos (LENIS et al., 2012).

No assentamento Ander Rodolfo Henrique, concluiu-se, através dos resultados obtidos, que os assentados têm uma percepção básica do conceito de meio ambiente, mesmo que o assentamento em questão não disponibiliza de uma estrutura e materiais suficientes relacionados à Educação Ambiental.

A grande maioria dos assentados compreendem o tema coleta seletiva e a praticam em suas residências, mesmo com todas as dificuldades, como acesso a esse tipo de informação e ao caminhão de recolhimento do lixo, que passa apenas uma vez por mês.

Constatou-se também, que os assentados assistem televisão e ouvem rádio diariamente, no entanto não têm acesso à internet e nem leem jornal com frequência. Atualmente, os meios de comunicação em massa influenciam na opinião pública, pois eles têm a capacidade de mudar a mentalidade da sociedade. Entretanto estes, em sua maioria, usam de sua influência para manipular e não informar, não aprofundando temas de inestimável importância, como o da questão ambiental.

Os membros do Assentamento Ander Rodolfo Henrique acreditam que a organização do movimento quanto a questões ambientais pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida na localidade.

A Educação Ambiental é um processo de construção de valores sociais, de conhecimentos e atitudes voltadas para alternativas sustentáveis de desenvolvimento, por todos os indivíduos e pela coletividade no decorrer da história. Em vista disto percebe-se que há uma necessidade de desenvolver mais essa questão não só no assentamento, mas em todas as esferas sociais.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Ana Lúcia Tostes de; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação ambiental:** curso básico à distância de educação ambiental. 2. ed. ampl. Brasília: MMA, 2001.
BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é o que não é. Petropolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. Eco 92 e educação ambiental. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 2, n. 2, p. 29-44, out.1993.

GOULD, Kenneth. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, Henri et al. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Divisão Regional**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.

INCRA/PDA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento**. Curitiba: AMBIENS, 2003.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Caderno Estatístico Município de Diamante do Oeste**. 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.

LENIS, Jakeline Nataly Roseti et al. Avaliação da percepção e educação ambiental na comunidade do Jardim Flórida II, Dourados – MS. **In: III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2012, Goiânia. Anais. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais**. p. 01-06.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MORAES, Edmundo Carlos de; LIMA JR, Enio; SCHABERLE, Fábio Antonio. Representações de meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do

conhecimento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 83-96, Edição Especial Temática, 2000.

MOREIRA, Alberto. **A Igreja e a Questão Agrária**. Bragança Paulista: EDUSF. Cadernos do IFAN, 1994.

MST. **Nossa História**: vinte e seis anos de movimento sem terra. 2009.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, v. 10, jul./dez. 1997.

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Thessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, Fábio et al. (org.). **Educação ambiental, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília: IBAMA, 1999.